



**ACÓRDÃO Nº1150/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11318/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Tabatinga.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** João Carlos Pereira dos Santos (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI E DICREA.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 402/2022-DIMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Tabatinga. Exercício de 2018.

*Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas do Sr. **João Carlos Pereira dos Santos**, Presidente da Câmara Municipal de Tabatinga, exercício 2018, nos termos do art. 71, II, da CF/1988, art. 40, II, da CE/1989, art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I, art. 22, III, "b", "c" e "d" e art. 25 da Lei n.º 2423/1996 c/c art. 11, III, "a", "2" e art. 188, § 1º, III, "b" e "c" da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

**10.2. Aplicar Multa** ao Sr. **João Carlos Pereira dos Santos** no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) diante das impropriedades remanescentes identificadas pela DICAMI nas restrições n.º 03, 04, 05, 06, 07 e 08, constantes no Relatório Conclusivo n.º 71/2021-DICAMI (fls. 171/202) e reproduzidas no Relatório/Voto que fundamentou a decisão, caracterizando atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza fiscal, contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nos termos dos art. 1º, XXVI, 52 e 54, VI, da Lei n.º 2423/1996 (Lei Orgânica



**ACÓRDÃO Nº1150/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

do TCE/AM) c/c art. 308, VI da Resolução n.º 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM), e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, mencionado no item 02, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável.

**10.3. Aplicar Multa** ao Sr. **João Carlos Pereira dos Santos** no valor de **R\$ 18.774,80** (dezoito mil, setecentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos), correspondente a 2,5% (R\$ 1706,80) por mês de competência, pela ausência de justificativa quanto ao atraso no envio dos balancetes mensais da Câmara Municipal de Tabatinga, referente ao período de janeiro a novembro de 2018, contrariando a Lei Complementar n.º 06/1991, art. 15, c/c o art. 20, inciso II, com nova redação dada pela Lei Complementar n.º 24/2000, constantes no Relatório Conclusivo n.º 19/2022-DICAMI/CI (fls. 591/645) e reproduzidas no Relatório/Voto que fundamentou a decisão, por mês de competência, nos casos de inobservância de prazos legais, para remessa ao Tribunal, por meio informatizado ou documental, de balancetes, demonstrações contábeis e documentos referentes a receitas e despesas (artigos 40, inciso VII e 127, § 3º, da Constituição Estadual; art. 15, § 1º, 18, inciso XII, e 20, § 1º, da Lei complementar estadual nº 06, de 22 de janeiro de 1991, com o art. 32 da Lei nº 2.423, de 10 de dezembro de 1996, com a nova redação dada pela Lei complementar estadual nº 24, de 19 de setembro de 2000; artigos 1º, inc. XXVI, 52 e 54, inciso IV, da Lei estadual nº 2.423, de 10 de dezembro de 1996; artigo 7º, inciso I, da Resolução nº 10, de 12 de abril de 2012, e Resolução nº 15, de 25 de abril de 2013), nos termos dos art. 1º, XXVI, 52 e 54, I, “a”, da Lei n.º 2423/1996 (Lei Orgânica do TCE/AM) c/c art. 308, I, “a”, da Resolução n.º 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM), e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável



**ACÓRDÃO Nº1150/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

recolha o valor da multa, mencionado no item 03, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável.

**10.4. Aplicar Multa** ao Sr. **João Carlos Pereira dos Santos** no valor de **R\$ 5.120,40** (cinco mil, cento e vinte reais e quarenta centavos), correspondente a 2,5% (R\$ 1706,80) por quadrimestre, pela ausência de publicação referente ao 1º, 2º e 3º quadrimestres/2018 do Relatório de Gestão Fiscal, em ofensa aos arts. 48, 48-A, e 55, § 1º, da LRF, conforme informado ao GEFIS (E-contas) e ao portal da transparência, constante no Relatório Conclusivo nº 19/2022-DICAMI/CI (fls. 591/645) e reproduzidas no Relatório/Voto que fundamentou a decisão, nos termos dos art. 1º, XXVI, 52 e 54, I, “c”, da Lei n.º 2423/1996 (Lei Orgânica do TCE/AM) c/c art. 308, I, “c”, da Resolução n.º 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM), e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, mencionado no item 04, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem



**ACÓRDÃO Nº1150/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável.

**10.5. Considerar em Alcance** ao Sr. **João Carlos Pereira dos Santos** no valor de **R\$ 97.500,00** (noventa e sete mil e quinhentos reais) referente às despesas correspondentes a verba de gabinete recebida pelos vereadores **Edvaldo Paulo da Silva, Jackson Rodrigues Gomes, Jaridel Andrade de Oliveira e Olímpio Guedes Olavo**, no exercício 2018, que não foram devidamente prestadas pelos vereadores, contrariando o art. 2º, parágrafo único, da Resolução n.º 163/2017, e tampouco cobradas pelo Presidente da Câmara, que corresponde à restrição n.º 10 constante no Relatório Conclusivo n.º 71/2021-DICAMI (fls. 171/202) e reproduzido no Relatório/Voto, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do Alcance/Glosa, mencionado no item 05, na esfera Municipal de Tabatinga, que deve ser repassado para o órgão Câmara Municipal de Tabatinga, com devolução aos cofres públicos corrigida nos moldes do art. 304, VI, da Resolução n.º 04/2002-RI/TCE-AM.

**10.6. Determinar** à Câmara Municipal de Tabatinga que, no **prazo de 18 (dezoito) meses** elabore regulamento específico para nortear a Prestação de Contas das chamadas Verbas de Gabinete, concedidas aos vereadores.

**10.7. Determinar** à Câmara Municipal de Tabatinga que nas próximas prestações de contas cumpra com rigor a legislação pertinente à remessa da Prestação de Contas Técnica, incluindo Parecer do Dirigente do Órgão de Controle Interno, nos termos do art. 1º, inciso XXI, da Resolução n.º 006/2009 – TCE/AM.

**10.8. Determinar** o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual para que adote as medidas que considerar adequadas quanto às impropriedades narradas no feito.

**10.9. Arquivar** o processo, após cumpridas as providências supracitadas.

**11- Ata:** 26ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 19 de Julho de 2022.



**ACÓRDÃO Nº1150/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Josué Cláudio de Souza Neto e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente, em substituição

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**

Conselheiro Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**

Procuradora-Geral